

EDIÇÃO ESPECIAL

**XXII Congresso Nacional do Ministério Público
Confira os diversos painéis e temas abordados**

Revista



**XXII CONGRESSO NACIONAL
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**



**Tema: Três décadas de Constituição Federal de 1988:
os novos desafios do Ministério Público**

**A festa de encerramento
foi realizada no Mix Garden
com a banda Jota Quest**



**Presidente:**

José Silvério Perdigão de Oliveira

1º vice-presidente:

Enéias Xavier Gomes

2º vice-presidente:

Larissa Rodrigues Amaral

3º vice-presidente:

Luiz Felipe de Miranda Cheib

4º vice-presidente:

Fabiano Mendes Cardoso

1º diretor administrativo:

Francisco Chaves Generoso

2º diretor administrativo:

Fabiano Ferreira Furlan

1º diretor financeiro:

Eduardo Francisco Lovato Bianco

ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**Associação do Ministério Público de Minas Gerais**Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto - 30140-062
Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br
www.ammp.org.br**Presidente**

Norma Angélica R. C. Cavalcanti

1º Vice-Presidente

Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto

2º Vice-Presidente

Nedens Ulisses Freire Vieira

Secretário-Geral

Elísio Teixeira Lima Neto

Tesoureiro

Marcelo Lima de Oliveira

Conselho Fiscal**Presidente:**

Benedito Torres Neto

Vice-Presidente:

Reinaldo Alberto Nery de Lima

Secretário-Geral:

José Augusto Cutrim Gomes

Membros

Adelcion Caliman

Cláudio Franco Félix

**Associação Nacional dos Membros do Ministério Público.**SHS Quadra 6 Conjunto "A"
Complexo Brasil 21
Bloco "A" Salas 305/306 CEP: 70.316-102
Tel/Fax.: (61) 3314-1353
atendimento@conamp.org.br**Acre**Associação do Ministério Público do Estado do Acre - AMPAC
Presidente: Francisco José Maia Guedes**Alagoas**Associação do Ministério Público de Alagoas - AMPAL
Presidente: Flávio Gomes da Costa**Amapá**Associação do Ministério Público do Amapá - AMPA
Presidente: José Cantuária Barreto**Amazonas**Associação Amazonense do Ministério Público - AAMP
Presidente: Lauro Tavares da Silva**Bahia**Associação do Ministério Público do Estado da Bahia - AMPEB
Presidente: Janina Schuenck Brantes Sacramento**Ceará**Associação Cearense do Ministério Público - ACMP
Presidente: Lucas Felipe Azevedo de Brito**Distrito Federal**Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - AMPDFT
Presidente: Elísio Teixeira Lima Neto**Militar**Associação Nacional do Ministério Público Militar - ANMPM
Presidente: Cláudio Roberto de Bortolli**Espírito Santo**Associação Espírito-Santense do Ministério Público - AESMP
Presidente: Adelcion Caliman**Goiás**Associação Goiana do Ministério Público - AGMP
Presidente: Vinícius Jacarandá Maciel**Maranhão**Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão - AMPEM
Presidente: Tarcísio José Sousa Bonfim**Mato Grosso**Associação Mato-Grossense do Ministério Público - AMMP
Presidente: Roberto Aparecido Turin**Mato Grosso do Sul**Associação Sul-Mato-Grossense do Ministério Público - ASMMP
Presidente: Lindomar Tiago Rodrigues**Minas Gerais**Associação Mineira do Ministério Público - AMMP
Presidente: José Silvério Perdigão de Oliveira**Pará**Associação do Ministério Público do Estado do Pará - AMPEP
Presidente: Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares**Paraíba**Associação Paraibana do Ministério Público - APMP
Presidente: Francisco Bergson Gomes Formiga Barros**Paraná**Associação Paranaense do Ministério Público - APMPPR
Presidente: Cláudio Franco Félix**Pernambuco**Associação do Ministério Público de Pernambuco - AMPPE
Presidente: Roberto Brayner**Piauí**Associação Piauiense do Ministério Público - APMPPI
Presidente: Glecio Paulino Setúbal da Cunha e Silva**Rio de Janeiro**Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - AMPERJ
Presidente: Luciano Oliveira Mattos de Souza**Rio Grande do Norte**Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte - AMPERN
Presidente: Fernando Batista de Vasconcelos**Rio Grande do Sul**Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul - AMPRS
Presidente: Sérgio Hiane Harris**Rondônia**Associação do Ministério Público do Estado de Rondônia - AMPRO
Presidente: Alexandre Jésus de Queiroz Santiago**Roraima**Associação do Ministério Público do Estado de Roraima - AMPER
Presidente: Hevandro Cerutti**Santa Catarina**Associação Catarinense do Ministério Público - ACMP
Presidente: Luciano Trierweiler Naschenweng**São Paulo**Associação Paulista do Ministério Público - APMP
Presidente: José Oswaldo Molineiro**Sergipe**Associação Sergipana do Ministério Público - ASMP
Presidente: Jarbas Adelino Santos Júnior**Tocantins**Associação Tocantinense do Ministério Público - ATMP
Presidente: Luciano César Casaroti**Expediente AMMP-MG****RESPONSÁVEIS PELA EDIÇÃO****Coordenadora Editorial**

Promotora de Justiça

Larissa Rodrigues Amaral

2º vice-presidente da AMMP

– Diretora Cultural

Jornalista Responsável:

Ofélia Bhering

Fotos

Joice Brito

Bárbara Peixoto

Diagramação

Edições Geraes Ltda.

Tiragem

1.000 exemplares





XXII CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Caros Congressistas,

O Congresso Nacional do Ministério Público, bienal, há tempos se firmou como a mãe de todos os encontros institucionais. O apreço ao grande evento oscila na razão inversa ao grau de dificuldades institucionais, em especial no campo legislativo. Pelo simples fato de que são nos momentos de maiores dificuldades que a classe demonstra união.

Reforça-nos essa característica ao rememorar a noite de quarta-feira, dia 27 de setembro, quando a Sala Minas Gerais, um dos cartões postais mais belos de Belo Horizonte, se encheu de atentos colegas, que puderam admirar um raro e pomposo espaço musical.

Tomado naquela noite por membros da Instituição dos mais variados cantos, chamou a atenção de todos as palavras do ministro do STF, Luís Roberto Barroso, que a todo momento exaltava o papel do Ministério Público e suas agruras. E, no apagar das luzes da bela cerimônia, fomos tomados pelo entusiasmo do ministro que também nos acompanhou ao coquetel de abertura, no imponente Buffet Catarina.

Na manhã de quinta-feira, essa mesma percepção se repetiu ao extasiarmos-nos com as salas de teses completamente lotadas. Fato que se repetiu ao longo do dia com as inúmeras palestras nas mais variadas áreas.

Na sexta-feira, as exposições foram abrilhantadas pela presença ilustre da procuradora-geral da República, Dra. Raquel Dodge, que pode vivenciar a hospitalidade mineira. À noite, encerramos o Congresso coroado alegremente pela festa magna no Mix Garden, onde dançaram triunfalmente, lado a lado, colegas de todo o Brasil, orgulhosos de uma Instituição que oferece ao Brasil um país melhor. O espetáculo, à altura de Minas Gerais, deixou-nos com gosto de quero mais.

Eis a síntese, caros associados, através de penas incapazes de refletir o sentimento de gratidão, o nosso muito obrigado a todos os colegas que abrilhantaram o evento. É a vocês que rendemos homenagens e com ela nossa dedicação aos escopos ministeriais.

Um especial agradecimento à diretora cultural da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, que se empenhou de corpo e alma para o êxito do evento. E que chegue logo 2019 e, com ele, o XXIII Congresso Nacional do Ministério Público.

Norma Angélica Cavalcanti
Presidente da Conamp

José Silvério Perdigão de Oliveira
Presidente da AMMP





XXII CONGRESSO NACIONAL
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ministro Luís Roberto Barroso abre o XXII CONGRESSO NACIONAL DO MP

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), abriu o XXII Congresso Nacional do Ministério Público na Sala Minas Gerais em Belo Horizonte, na noite do dia 27 de setembro, na Sala Minas Gerais. Na palestra magna do encontro, Barroso falou sobre “Direitos fundamentais, questões penais e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal”, destacando o papel do Ministério Público e seu fortalecimento nesses quase 30 anos a partir da Constituição Federal de 1988.

Barroso destacou seus “bons sentimentos pelo Ministério Público”, do qual seu pai é integrante no Rio de Janeiro, fez uma reflexão sobre as transformações provocadas pela atuação do MP a partir de 1988

e do grande esforço que vem sendo feito para elevação do patamar da ética pública e privada no Brasil de hoje. Ressaltou também sua visão positiva da vida e as grandes oportunidades que surgem nos momentos difíceis, lembrando ainda o “filme bom” que começou com a redemocratização e a instalação da constituinte, depois da sucessão de rupturas que o país viveu durante mais de oito décadas no século XX.

AVANÇOS

A Constituição de 1988, a estabilidade monetária e a inclusão social de mais de 30 milhões de pessoas, resumiu o ministro, fizeram com que o Brasil alcançasse o mais alto Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH) da América Latina e Caribe no século XX.

O presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União e PGJ de Santa Catarina, Sandro José Neis, em seu pronunciamento, frisou o quanto valei apenas o fortalecimento do MP nesse período para a promoção e melhoria dos serviços essenciais e da vida dos brasileiros. Neis propôs uma reflexão sobre como será a Instituição nos próximos 30 anos, como o MP se reinventará para entender às novas demandas da sociedade, debruçando-se sobre as ciências político-sociais e unido em todos os seus ramos, sempre à procura de uma carreira saudável para defender a sociedade.

Conamp lança a campanha #MinistérioPúblicoestáaqui



A presidente da Associação Nacional do Ministério Público (Conamp), Norma Angélica, depois das saudações e boas-vindas aos congressistas, lançou a campanha nacional de valorização do MP - #MinistérioPúblicoestáaqui -, que objetiva aproximar o Ministério Público da sociedade “para que seu trabalho seja compreendido, reconhecido e valorizado”. Essa campanha é uma promoção da Conamp e associações afiliadas, com apoio do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ). Um filme de dois segundos foi apresentado aos mais de mil presentes naquele momento.

Norma destacou o grande trabalho da Conamp no Congresso Nacional para o monitoramento de quase dois mil projetos de lei e a necessidade de todos os ramos do MP se unirem na defesa das prerrogativas e atribuições.

O vice-presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Enéias Xavier, presidente-executivo do congresso, desta-



cou o apoio das associações para a sua realização e desejou a todos um feliz encontro.

O procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet, destacou aquele momento especial do Ministério Público para debater os desafios da Instituição nas próximas três décadas.

A abertura teve a participação da Quinteto de Sopros da Banda Sinfônica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais.



MESA

Compuseram a mesa, além de Norma Angélica, do ministro Barroso; do presidente do CNPJ, Sandro José Neis; do PGJ Antônio Sérgio Tonet; do vice-presidente Enéias Xavier; o presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), José Silvério Perdigão e a diretora cultural da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral; o secretário de Estado de Planejamento, Helvécio Miranda, representando o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel; o vice-presidente da Câmara dos Deputados, Fábio Ramalho; o desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, representando o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais o presidente do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público e corregedor-geral do Ministério Público do Paraná, Arion Rolim Pereira; a presidente do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público, Rose Meire Cyrillo; o corregedor-geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Paulo Roberto Moreira Cançado; o ouvidor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, ex-PGJMG e ex-presidente da AMMP, Alceu José Torres Marques; o conselheiro do Conselho Nacional do Ministério



Público, corregedor nacional do Ministério Público em exercício, Fábio Bastos Stica; o presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, juiz Fernando Galvão da Rocha; o procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Daniel de Carvalho Guimarães; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, José Robalinho Cavalcanti; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Fabiano Farias da Costa; o vice-presidente do Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público do Brasil, Duarte Diniz Neto, representando o presidente do Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público, André Mauro Lacerda Azevedo; o presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Maurício Torres Soares.

#Ministério Público está aqui #Ministério Público está aqui #Ministério Público está aqui



A campanha #Ministério Público está aqui foi lançada pela presidente da Conamp, Norma Angélica, na abertura do XXII Congresso Nacional do Ministério Público, na noite do dia 27 de setembro na Sala Minas Gerais.



Dois shows alegrem as BOAS-VINDAS aos congressistas



A recepção de boas-vindas aos congressistas foi realizada no Buffet Catharina com shows em dois ambientes com as bandas LP 3 e Off White.



XXII CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO | MG



AÇÕES SOCIAIS foram parte da programação

Duas atividades sociais foram realizadas nos dias 25 e 26 de setembro pela Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), como parte da programação do XXII Congresso Nacional do Ministério Público. A primeira foi a "Ação Social para a formação e conscientização política do jovem eleitor # Juventude e Política: tudo a ver", promovida nos dias 25 e 26, voltada para a formação e conscientização política do jovem eleitor, promoveu cadastramento eleitoral e biometria, além de rodas de conversa sobre direitos políticos e cidadania com adolescentes e jovens da Assprom – Associação Profissionalizando do Menor e comunidade. Na abertura da programação, na manhã do dia 25, a Orquestra da Coinj (Coordenadoria da Infância e Juventude) se apresentou para os participantes.

A segunda ação - uma visita ao Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus -, no bairro Floramar, aconteceu na tarde de 26 de setembro.

O promotor de Justiça Celso Pena ministrou palestra abordando a educação como oportunidade para se construir um futuro melhor e a criança e adolescente como prioridade absoluta dessa política no Brasil. Para garantir isso, ilustrou com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado com a Prefeitura de Belo Horizonte, o primeiro do Brasil, que obriga o cadastramento para educação infantil por ende-



reço, como determina a lei, com prioridade para as crianças portadoras de deficiência. Para as outras situações, aí se incluem as crianças mais carentes, a PBH terá de disponibilizar bolsa de estudos em escolas particulares, já que não tem vagas suficientes em sua rede para atender a toda população infantil dessa fase.



Maria de Lurdes falou aos jovens

REFLEXÃO

A promotora de Justiça Maria de Lurdes Santa Gema propôs aos adolescentes uma reflexão acerca do papel dos jovens na sociedade, falou da necessidade do diálogo e a participação da juventude nos debates, fiscalização de políticas públicas e do voto, o principal passaporte para o exercício da cidadania. Dos jovens participantes, somente quatro possuíam título de eleitor naquele momento.

Maria de Lurdes convidou todos os jovens a se cadastrarem e fazerem a biometria para, nas próximas eleições, exercerem já esse direito e dever, deflagrando o processo de mudança que o Brasil tanto necessita.



Visita ao Núcleo Caminhos para Jesus

A segunda atividade social do congresso foi uma visita de procuradores e promotores de Justiça ao Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus, no Bairro Floramar, em Belo Horizonte (MG), na tarde de 26 de setembro. Diretores, conselheiros, especialistas, trabalhadores, crianças, adolescentes, adultos e familiares que compõem a comunidade do Núcleo participaram do encontro.

O objetivo da visita foi fortalecer a interlocução ministerial com as instituições comunitárias de assistência social a pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e idosos. A presença do MP com informações sobre sua atuação na defesa, garantia e efetivação dos direitos do cidadão, constitucionalmente assegurados foi destaque. Dentre outros objetivos da visita: levantar as demandas da instituição para a melhoria do atendimento e demonstrar o compromisso social das associações do MP.

A atividade foi uma parceria com a Coordenadoria Estadual de Defesa do Direito de Família, das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, a 22ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e dos Idosos e a 23ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes Cível de Belo Horizonte.



PARCERIA E VALORIZAÇÃO

A presidente da Conamp conversou com a comunidade sobre a proteção realizada pelo Ministério Público a crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Norma lembrou ainda que parcerias do MP com entidades assistenciais têm acontecido nos congressos nacionais e representa também um gesto simbólico de carinho e valorização dos colegas que

trabalham na área. Falou ainda da emoção e felicidade de conhecer o Núcleo.

Segundo o diretor-geral do Caminhos para Jesus, Arthur do Nascimento, foi um momento especial para a Casa, que é referência em acolhimento ao portador de deficiências neurológicas severas. Na oportunidade, foram doadas mais de 4 mil fraldas geriátricas.



RODA DE CONVERSA

O segundo diretor administrativo da AMMP, Fabiano Ferreira Furlan, ressaltou o maravilhoso trabalho feito pelo Núcleo e propôs uma oração, ao abrir, o encontro com especialistas, trabalhadores, crianças, adolescentes, adultos e familiares. O promotor de Justiça da Infância e Juventude Celso Penna Fernandes Júnior apresentou o MP à comunidade com a palestra "Por dentro do Ministério Público", seguida de roda de conversa, com perguntas e respostas.

Participaram também da visita o presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco, Roberto Brayner Sampaio; o procurador de Justiça Bertoldo Matheus de Oliveira Filho, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos, representando o corregedor-geral do Ministério Público, Paulo Roberto Moreira Cançado; a segunda vice-presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral; a promotora de Fundações Valma Leite da Cunha; a procuradora de Justiça Nádia Kelly Pereira de Souza Miller.

ELEIÇÃO DA CONAMP SERÁ EM 29 DE NOVEMBRO



CONSELHO DISCUTE TEMAS DE INTERESSE INSTITUCIONAL

O conselho deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) se reuniu no dia 27 de setembro no XXII Congresso Nacional do Ministério Público. Foram debatidas ações de estratégia institucional quanto à permuta, regulamentação do teto público, Reforma da Previdência e rezoneamento eleitoral.

Foi marcada para 29 de novembro a eleição da diretoria para o biênio 2018/2020. O prazo para inscrição de chapas vai até 27 de outubro. A homologação das inscrições será no dia 3 de novembro, quando também será feita a divulgação das inscrições deferidas e indeferidas. Recursos poderão ser feitos até 10 de novembro.

COMISSÃO DE APOSENTADOS TEVE REUNIÃO ORDINÁRIA

A comissão de aposentados promoveu reunião ordinária na tarde do dia 28 de setembro. O encontro também fez parte da programação do XXII Congresso Nacional do Ministério Público. Foram discutidos temas de interesse.

Essa comissão é composta por representantes indicados pelos presidentes das afiliadas para analisar propostas legislativas afetas aos aposentados e pensionistas do Ministério Público, com vistas a subsidiar as decisões da Conamp.

Participaram a presidente Norma Angélica Cavalcanti, integrantes da diretoria e do conselho deliberativo.



O CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DE JUSTIÇA REUNIU-SE, NO DIA 27 DE SETEMBRO, PARA TRATAR DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS.

ORDEM DO MÉRITO

Foram indicados os ministros do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso e Luiz Fux; o deputado federal Marcos Rogério; o presidente Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), José Silvério Perdigão; e os integrantes das diretorias no biênio 2014/2016 e 2016/2018, com exceção do cargo de presidente.

A Medalha da Ordem do Mérito da Conamp, instituída pela Resolução nº 01 de 2001, homenageia pessoas ou entidades que tenham prestado relevantes serviços ao Ministério Público. Os agraciados são considerados Membros Honorários e integram

quadro especial de associados.

Participaram da reunião ex-presidentes Joaquim Cabral Netto, Milton Riquelme de Macedo, José Carlos Cosenzo, César Bechara Nader Mattar Jr.; e os conselheiros Fábio Bastos Stica, Orlando Rochadel Moreira, Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Sebastião Veira Caieta, Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, Dermeval Farias Gomes Filho, e Lauro Machado Nogueira do Conselho Nacional do MP (CNMP).

Foi realizada também reunião conjunta entre a Conamp e o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais.

OUVIDORES ANALISAM ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

O Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP) decidiu em reunião, no dia 27, sobre alteração do estatuto do Conselho, recebimento de manifestações anônimas, classificação das manifestações quanto ao conteúdo – tabelas unificadas CNMP. Na oportunidade, foram apresentadas as inovações e boas práticas da Ouvidoria do Ministério Público do Maranhão.

Segundo o ouvidor-geral do MPMG, Alceu José Torres Marques, o encontro de ouvidores em Minas Gerais, além de ser um marco na história, permitiu “rever trajetórias e metas, organizar nossas diretrizes e avaliar a postura do MP em todo país”.



CGMP LANÇA VADE MECUM E GLOSSÁRIO

“Fiscalização e orientação nas Promotorias Eleitorais, compromisso de ajustamento de conduta em improbidade administrativa e instituição do novo procedimento investigativo criminal no âmbito do Ministério Público” foram apresentados na 109ª Reunião Ordinária do CNCMP, no dia 27 de setembro.

A Corregedoria-Geral do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), na ocasião, lançou duas importantes ferramentas de trabalho – o Vade Mecum e o Glossário –, para auxiliar membros e servidores.

Segundo o corregedor-geral do MPMG, Paulo Roberto Moreira Caçado, o Vade Mecum tem estrutura didática e clara para acesso rápido a atos, leis, constituições, doutrina, jurisprudência e notícias de interesse funcional. É material de consulta para membros, servidores e público em geral. “É obra de referência que busca consolidar e organizar os atos normativos



e orientadores no âmbito das atividades da Corregedoria”, destacou.

O Glossário possui verbetes e conceitos do Regimento Interno da CGMP, dos Atos CGMP nº 01, 02 e 03/2017, das Recomendações Gerais

nº 01, 02 e 03/2017 e da Lei Complementar nº 34/1994. Esses produtos são resultado de um ano e meio de pesquisas e estudos da equipe da Corregedoria-Geral do MPMG, completa Paulo Caçado.

COLÉGIO DE DIRETORES DE ESCOLAS DEBATE APERFEIÇOAMENTO

O Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP) discutiu, na manhã do dia 27, dentre outros temas, celebração de convênios, realização de seminário internacional e divulgou informações sobre curso de aperfeiçoamento para agentes políticos do Ministério Público brasileiro.



PLENÁRIA APROVA NOVENTA E TRÊS TESES

Foram apresentadas 96 teses nas áreas Cível e Especializada, Política Institucional e Administrativa, Área Criminal. Dentre estas, 93 foram aprovadas por unanimidade. Os ministérios públicos do Paraná, 28; Minas Gerais, 16, Pernambuco, 9, foram os que apresentarem mais trabalhos entre 21 estados e o Distrito Federal.

A plenária foi realizada na tarde do dia 29 de setembro, presidida pelos promotores de Justiça Eduardo Francisco Lovato Bianco e Francisco Chaves Generoso e Larissa Amaral, da comissão organizadora.

Foram presidentes e coordenadores de salas, respectivamente; Henrique Kleinhappel Andrade, Flávia Mussi Bueno de Couto; Adriana Júlia de Souza, Marina Kattah; Nidiane Moraes Silvano de Andrade, Isabela de Carvalho; Guilherme Abras Guimarães de Abreu, Allender Barreto Lima da Silva; Marcos Pereira Anjo Coutinho, Paloma Coutinho Carballido; Hugo Barros de Moura Lima, Luciano Moreira de Oliveira; Luciana Kellen Santos Pereira Guedes, Ana Cláudia Lopes; João Paulo Alvarenga Brant, Adriano Dutra Gomes de Faria; César Augusto dos Santos, Joana Paula Primeira de Resende Pinto.



AS TESES APROVADAS ESTÃO REUNIDAS NOS SITE DO CONGRESSO



Procuradora-geral da República conclama o MP à união

O equilíbrio de atenção a temas diversos pela Procuradoria-Geral da República foi reafirmado pela PGR Raquel Dodge, na tarde do dia 29 de setembro, na conferência de encerramento do XXII Congresso Nacional do Ministério Público, realizado em Belo Horizonte pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e Associação Mineira do Ministério Público (AMMP). Raquel Dodge conclamou os diversos ramos do Ministério Público a se unirem para a criação de um Brasil mais justo e na defesa do estado democrático de direito.

PGR ressaltou ainda, na oportunidade, o lançamento da campanha da Conamp #MinistérioPúblicoestáaqui, que valoriza o trabalho da instituição para tornar “concreta a proteção da democracia, dos direitos individuais, da cidadania e da dignidade da pessoa humana”. A campanha foi lançada na abertura do congresso, na noite do dia 27, na Sala Minas Gerais.

Segundo ela, “os muitos problemas que atingem as pessoas e a socieda-

de cotidianamente” justificam a criação da pasta de Direitos Humanos e de Defesa Coletiva nas secretarias ligadas ao Gabinete da PGR e à da Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e mostram como valoriza a união de todo o Ministério Público.

Para essas funções, Raquel Dodge designou os procuradores de Justiça Ivana Navarrete Pena, do Ministério Público de Goiás, e Nedens Freire Vieira, do MP mineiro.

MARIANA

A procuradora-geral da República lembrou, em seu pronunciamento, o maior desastre humano e ambiental do Brasil - o rompimento da barragem de Fundão em Mariana - no ano de 2015, que atravessou diversos municípios e atingiu “diretamente cerca de 25 mil famílias, suas casas, seus bens, suas memórias, suas praças e cemitérios e seu secular modo de vida”.

Reafirmou seu compromisso com a

reparação dos prejuízos dessas comunidades, duradouros ou permanentes e a importância da união dos ministérios públicos de Minas Gerais e do Espírito Santo com o Ministério Público Federal para minimizá-los.

A presidente da Conamp, Norma Angélica, ressaltou a importância do congresso nacional do MP - realizado a cada dois anos -, que propõe a discussão de temas de interesse da instituição e estimula a paixão de seus integrantes.

A diretora cultural da AMMP, Larissa Amaral, encerrando os trabalhos do encontro, falou de sua alegria com o sucesso do congresso, “um centro de estudos” no qual se discutiram 96 teses. Em encontros dessa envergadura, segundo ela, se tem “possibilidade de mudar nossa postura mental e quem sabe ampliar nossa visão em temas que trabalhamos no dia a dia”, frisou.

Compuseram a mesma Norma Angélica, Larissa Amaral, Nedens Ulisses, Antônio Sérgio Tonet e Ivana Farina.



MP CRIMINAL: TRINCHEIRA DE RESISTÊNCIA

O procurador de Justiça paulista EDILSON MOUGENOT BONFIM falou sobre “O Ministério Público criminal: uma trincheira de resistência na luta pela efetividade do Estado Constitucional”.

Mougénou lembrou que o MP brasileiro tem o melhor perfil constitucional do mundo, explanou um pouco sobre a história da Instituição, as emoções vividas pelo promotor de Justiça, as diferentes embocaduras do verbo

jurídico e a grande performance do MP criminal, que sobreviverá eternamente - a razão da Instituição, estando desenvolvida a sociedade e os problemas sociais vencidos.

Mougénou é Doutor em Processo pela Universidade Complutense de Madrid, Espanha, professor convidado da graduação e mestrado da Universidade de Aix-Marseille (França), professor da pós-graduação em Direito Penal da ESMP-SP, dentre outras.

A NECESSIDADE DO SINCRETISMO JURÍDICO



“Os novos confins entre a responsabilidade civil e criminal” foi a palestra do procurador de Justiça mineiro NELSON ROSENVALD, que destacou a necessidade do diálogo entre civilistas e penalistas e explanou sobre a história do direito civil. Rosenvald falou também sobre como a responsabilidade tem mudado ao longo do tempo e a reparação do dano. Segundo ele, “não se pode pensar mais no direito civil e penal em caixas separadas, sendo necessário buscar o sincretismo jurídico”

Rosenvald é pós-Doutor em Direito Civil pela Universidade Roma Ter (Itália), Doutor e Mestre pela PUC-SP, professor-pesquisador da Universidade de Coimbra.



RESPONSABILIDADE CRIMINAL DE ALTOS FUNCIONÁRIOS

“Como responsabilizar criminalmente altos funcionários de uma empresa” foi o tema da palestra do professor Luiz Greco, na tarde do dia 29 de setembro. Greco é professor de direito penal, direito processual penal e direito penal econômico na Faculdade de Direito da Universidade de Augsburg, Doutor em Direito pela Universidade Ludwig Maximilian (Munique – Alemanha).

Greco abriu sua palestra perguntando se o direito penal é para todos e destacou o princípio da igualdade no direito penal. Explanou também sobre a responsabilidade pela mera posição e a responsabilidade por omissão.

NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS



O procurador da República ANTONIO DO PASSO CABRAL falou sobre “Negócios jurídicos processuais e sua celebração pelo Ministério Público”. Discorreu sobre negócios jurídicos processuais, focando especialmente a vinculação do juiz, conceituou contrato, acordo e negócio. Destacou também o sucesso da arbitragem no mundo jurídico hoje.

Doutor em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Universidade de Munique (Alemanha), pós-Doutor pela Universidade de Paris I – Sorbonne, professor da UERJ, é professor visitante na Universidade de Passau e Kiel (Alemanha).

EXPERIÊNCIA MINEIRA NA ÁREA DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Sobre “Investigações históricas e complexas – estratégias comuns do historiador e do promotor de Justiça para o descobrimento da verdade” falou o promotor de Justiça mineiro MARCOS PAULO DE SOUZA MIRANDA, professor de Direito do Patrimônio Cultural, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e do International Council of Monuments and Sites (Comos-Brasil).

Marcos Paulo falou de sua experiência à

frente da Promotoria de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural por dez anos, sobre o dinamismo e eficiência desse trabalho, que lhe deu projeção nacional, e possibilitou a recuperação de mais de 500 peças subtraídas. Contou como é feita a parceria com as polícias, órgãos de proteção e arqui-dioceses. O promotor destacou também a interdisciplinaridade do trabalho, usando pesquisas nas áreas de genealogia, História, Arqueologia e Direito.



Neurocientista apresenta pesquisa pioneira aplicada ao direito

As funções cognitivas nos processos de memória, percepção e reconhecimento facial foram a base da palestra da neurocientista Cláudia Feitosa - "Neurociência aplicada ao Direito". Cláudia contou que começou a fazer esses estudos com a juíza federal Renata Andrade Lotufo, cujo trabalho envolve todas as fases do processo criminal.

Essa pesquisa apresenta um novo olhar sobre o trabalho de profissionais criminais e jurídicos em todas as etapas de um julgamento e na possibilidade de se alterar as políticas públicas ao constatar que a neurociência pode ter papel auxiliar para os operadores do direito: "da coleta de provas ao sistema de reabilitação de um réu", desde o trabalho inicial dos policiais e delegados a promotores de justiça, magistrados e júris. Na oportunidade, Cláudia realizou testes com sua plateia e mostrou como cores e posição de pessoas e objetos podem alterar um depoimento.

Cláudia teve seus estudos premiados

pelo Pavlov Institute, Hospital Israelita Albert Einstein, International Color Vision Society e Universidade de São Paulo.

Cláudia é pós-doutora em neurociências integradas pela University of Chicago, Doutora em neurociências e comportamento pelo NEC/USP, Mestre em psicologia experimental pelo IP/USP, especializada em gerenciamento pela Poli/USP, graduada em arquitetura e urbanismo pela FAU/USP e engenharia civil pelo Mackenzie. É professora visitante do Centro de Matemática Computação e Cognição da UFABC e pesquisadora do Hospital Israelita Albert Einstein. Foi professora de neurociências na The School of The Art Institute of Chicago. Estuda como o contexto influencia a percepção e o comportamento, das cores as decisões. Foi premiada por seus estudos pelo Pavlov Institute, Hospital Israelita Albert Einstein, International Color Vision Society e Universidade de São Paulo.



Atrofia de afetos preocupa filósofo

Nessa mesma tarde, o filósofo Luiz Felipe Pondé, na palestra "Realizações pessoais no mundo contemporâneo", destacou a atrofia dos afetos, a autossuficiência das pessoas, a cultura infantilizada em que se vive, a vitimização, o desespero pelo envelhecimento e refletiu um pouco sobre a obsessão pela felicidade, que é um estado do ser e não um direito.

O filósofo comentou também sobre a solidão em que está imerso o homem hoje. Para ele, as pessoas estão exigentes demais e insatisfeitas, porque lhes falta coragem para fazer concessões e investimentos materiais e emocionais. "Trabalhar e investir na carreira cansa, ressaltou. É a sociedade do cansaço.

Trabalhar muito e investir na carreira cansa demais, sublinhou.

Pondé ressaltou ainda a falta de generosidade das pessoas e o medo de investimento na vida afetiva como causas de infelicidade e desequilíbrios.

Luiz Felipe Pondé, formado em medicina, é psicanalista, filósofo, Ph.D em Epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor na Pontifícia Universidade de São Paulo e na Fundação Armando Álvares Penteado. Escreve semanalmente para o jornal Folha de São Paulo. É autor de diversos livros, entre eles, O homem insuficiente e Conhecimento na Desgraça.

Professor reflete sobre a vida em função do prazer

A última palestra não jurídica do congresso foi feita pelo professor Clóvis de Barros. Em sua palestra "Percepção da vida sob a ótica de Nietzsche", promoveu uma reflexão sobre a vida, sobre a presença e perdas, deslizando sobre o que é viver em função do eros – o direcionamento da energia desejante – alegria, gozo e prazer-, critérios existenciais e fragilidades. Barros não apresentou um guia para a vida feliz, mas destacou o risco das soluções fáceis e, a mania de se postergar a felicidade, "o que faz com que o homem deixe de viver o agora".

Suas reflexões foram feitas a partir de filósofos ocidentais, de Aristóteles a Nietzsche, passando por Jesus de Nazaré, para muitos deus, para ele, o homem mais sábio do mun-

do e que mais acumulou capital emocional, moral, afetivo em seu tempo integral dedicado ao próximo, "que é o que torna a vida digna", frisou.

Clóvis de Barros, graduado em Direito e Jornalismo, é Mestre em Ciência Política e Doutor em Ciências da Comunicação, mas confessou que o que o define bem é "explicador, professor". Sua linguagem acessível, informal, e a postura teatral fizeram com que sua palestra fosse divertida.

É coautor de Felicidade ou Morte (com Leandro Karnal), A vida que vale a pena ser vivida (com Arthur Meucci) e A Filosofia Explica as Grandes Questões da Humanidade (com Júlio Pompeu, Casa do Saber / Casa da Palavra, entre outras obras.



Grupos de Trabalho debatem temas diversos da atuação do MP

Doze grupos de trabalho se reuniram, nos dias 28 e 29 de setembro no Hotel Mercure, para debates dos diversos temas das áreas de atuação do Ministério Público brasileiro. Dois destes apresentaram conclusões à plenária.

PROCON-MG APRESENTA EXPERIÊNCIA COM PROCESSO ADMINISTRATIVO

O coordenador do Procon-MG, promotor de Justiça Amauri Artimos da Matta, ministrou a palestra “Processo administrativo na defesa do consumidor: teoria e prática”. Ele contou a experiência do Procon-MG, que, desde 1989, integra o MPMG. “A nossa atuação acaba substituindo um pouco o Judiciário diante da possibilidade que temos de atuar com o processo administrativo”, destacou.

Segundo ele, em menos tempo, o processo administrativo, na órbita do interesse coletivo, pode trazer resultados que seriam obtidos com a Ação Civil Pública. “O Ministério Público deixa de ser um litigante judicial para ser uma autoridade administrativa ou autoridade julgadora administrativa”.

A partir da legislação que norteia a defesa do consumidor no Brasil, Amauri Artimos apresentou a formação e o funcionamento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), do qual o Procon-MG faz parte. Pontuou todas as fases do processo administrativo, desde a instauração do procedimento, passando pela notificação e prazo para defesa para o fornecedor, até a competência recursal, e detalhou como é feito o cálculo para as multas aplicadas.



DECISÕES E GANHOS

Amauri citou casos de decisões administrativas que trouxeram ganhos para o consumidor no atendimento bancário, como a presença de câmeras de segurança, de cadeiras de rodas, de plataformas de acesso, de sanitários, bebedouros e banheiros adaptados, de divisórias para separar o caixa da fila. Destacou exemplos de decisões administrativas do Procon-MG que foram confirmadas em decisões judiciais, como apreensão do arroz vendido como tipo 1, mas era, na verdade, tipo 2; suspensão de vendas de produto de fabricante que não tinha mais assistência técnica no Estado, entre outras.

Participaram do painel o procurador da República no Maranhã Hilton Araújo de Melo, o presidente do Fundo Estadual de Proteção e

Defesa do Consumidor do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), procurador de Justiça Marcos Tofani Baer Bahia, a procuradora do Estado de Minas Gerais Maria Clara Teles Terzis Castro, e o procurador do Estado André Borges Pires Ferreira.

Foram debatedores do painel o procurador da República no Maranhão Hilton Araújo de Melo, o presidente do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), procurador de Justiça Marcos Tofani Baer Bahia, a procuradora do Estado de Minas Gerais Maria Clara Teles Terzis Castro, e o Procurador do Estado André Borges Pires Ferreira.

DESAFIOS

A abertura dos trabalhos do grupo foi feita pela promotora de Justiça do Ministério Público do Acre e presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCon), Alessandra Garcia Marques, com a palestra “Os desafios da defesa extrajudicial na defesa do consumidor”. Ela explicou sobre a importância da negociação, das audiências públicas e do trabalho das entidades civis de defesa do consumidor, como a MPCon, para concretizar a defesa do con-

sumidor no âmbito extraprocessual.

Segundo ela, atualmente, dezenas de milhões de processos judiciais em tramitação no Brasil. Nos Juizados, a grande parte da demanda é de tutela individual de consumo. “É um número absolutamente incompatível com a nossa capacidade técnica, financeira e num Estado em crise. Por isso, é muito importante que nós falemos da tutela fora do processo, tanto no âmbito individual quanto no coletivo”, destacou.

Para ela, um dos desafios do Ministério Público é aprender a negociar para que a resolução de conflitos seja feita fora do Judiciário. A defesa extrajudicial do consumidor é mais rápida, mais barato, mais eficaz e o fornecedor tende a descumprir muito menos, argumentou. Alessandra lembrou ainda a importância da atuação das entidades civis de defesa do consumidor como a MPCon, que é formada por membros do Ministério Público.

ATUAÇÃO COLETIVA E DIFUSA É PRIORIDADE NA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Priorizar a atuação coletiva e difusa, especialmente na fiscalização do financiamento da educação e no fomento de ações em prol da efetiva aprendizagem de todas as crianças e adolescentes é a conclusão do Grupo de Trabalho que apresentou dados e exemplo da atuação do Ministério Público na educação.

O GT concluiu ainda que, “no exercício das atribuições relacionadas à defesa e promoção do direito à educação, o Ministério Público deverá privilegiar ações extrajudiciais de tutela coletiva visando à regularização e o aperfeiçoamento do funcionamento dos serviços e equipamentos educacionais, em parcerias com o Poder Público e a sociedade civil, e por meio de órgãos ministeriais de execução especia-

lizados ou auxiliados por órgãos ministeriais de apoio especializados, em ações de abrangência preferencialmente regional”.

Desse GT, participaram a procuradora da República Maria Cristina Manella Cordeiro e os promotores de Justiça mineiros Daniela Yokoyama e Danniell Librelon Pimenta. O promotor de Justiça Daniel dos Santos Rodrigues e o analista do Sebrae/MG Wesley do Amaral Prado explanaram sobre “Ministério Público e o fomento ao Desenvolvimento Sustentável – Parceria com o Sebrae – Planejamento e Gestão de Promotoria de Justiça e Governança Compartilhada em Políticas Públicas.

A conclusão desse debate foi apresentada em plenária do Congresso.



MPC DESTACA IMPORTÂNCIA DE PARCERIA COM OS MP'S DOS ESTADOS E DA UNIÃO

A necessidade e importância da cooperação entre o Ministério Público de Contas e os Ministérios Públicos dos Estados e da União no controle de políticas públicas na apuração de ilícitos civis e penais e na responsabilização dos agentes públicos e privados foi a conclusão apresentada à plenária destacada pelo Grupo de Trabalho que apresentou, na manhã de 28 de setembro, as experiências e resultados da parceria entre o MPC e O MP estadual. Esse GT foi coordenado pelo procurador-geral do MPC/MG, Daniel de Carvalho Guimarães.

A procuradora do MPC/MG Cristina Andrade Melo apresentou uma análise feita pelo MPC da qualidade da educação no Estado.



REGRAS DE COMPLIANCE ENTRAM NA PAUTA



Regras de Compliance no mundo corporativo - Lei anticorrupção empresarial e probidade administrativa das empresas. Esse tema foi debatido pelo advogado e doutor em direito administrativo Fábio Medina Osório e pela diretora da CBMM Renata Willens Longo Ferrari, na manhã do dia 29 de setembro.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA GANHOU DEBATE ESPECIAL



O assessor da Conamp e 1º secretário da Associação Paulista do Ministério Público (APMP), PAULO PENTEADO, ministrou palestra sobre a Reforma de Previdência (PEC 287/16). Ele informou sobre sua participação como representante da Conamp na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência e da entrega ao senador Paulo Paim (PT/RS), presidente da CPI, de um anteprojeto de lei sobre crimes previdenciários e seguridade social.

Paulo Penteado é considerado referência em assuntos previdenciários, tendo sido indicado para acompanhar a tramitação da PEC 287/16 no Congresso Nacional. A Conamp publicou duas notas técnicas sobre o tema, em 2016 e 2017.

O deputado federal Delegado Edson Moreira (PR/MG) participou da reunião e foi presenteado com camiseta da campanha #MinistérioPúblicoestáaqui.



MEIO AMBIENTE

Foi também promovida oficina sobre meio ambiente, com a participação de representantes do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente (Caoma), Sindiextra e Secretária de Estado do Meio Ambiente (Semad), coordenada pelo procurador de Justiça Rômulo Ferraz e pela promotora de Justiça Andressa de Oliveira Lanchotti.

Foi destacada a importância histórica da atividade minerária em contraponto a seu potencial degradador do meio ambiente. Nesse contexto, ressaltou-se a necessidade da atuação fiscalizatória e orientadora do MP e de aprimoramento do diálogo independente e solidário com os empreendedores do setor com o poder público, através da Semad.



ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS TRIBUNAIS

Atuação do Ministério Público nos Tribunais: a construção da Recomendação CNMP nº 57/2017, Cláudio Henrique Portela do Rego, promotor de Justiça DFT ex-corregedor nacional do MP; Afonso Henrique de Miranda e Antônio Sérgio Rocha de Paula, procuradores de Justiça de Minas Gerais; Gregório Assagra de Almeida, promotor de Justiça MG; José Eduardo Sabo Paes, procurador de Justiça DFT; Lenna Luciana Nunes Daher, promotora de Justiça do DFT e ex-coordenadora-geral da Corregedoria Nacional. Os debates aconteceram na manhã do dia 29 de setembro.



MP DO PARANÁ APRESENTA SUA EXPERIÊNCIA NO ENFRENTAMENTO AO ÁLCOOL E ÀS DROGAS

A implementação da Comarca Terapêutica no Estado do Paraná foi apresentada pela promotora de Justiça Cristina Corso Ruaro, na manhã do dia 29 de setembro, nas atividades do Grupo de Trabalho Projeto Semear Enfrentamento ao álcool, crack e outras drogas no âmbito do Ministério Público Paranaense. Cristina Corso contou como é a participação dos membros do MP no projeto, sua organização por regiões, os grupos de trabalho, as oficinas regionais e como estão sendo implementadas as Redes de Serviços para o Enfrentamento às Drogas.

O projeto Semear é coordenado pelo Comitê do Ministério Público do Esta-

do do Paraná de Enfrentamento às Drogas (Resolução nº 1617/2012), criado em maio de 2012.

As redes de serviço pretendem também criar estruturas para atender os casos judicializados nos âmbitos criminal e cível (família, criança e adolescente, etc), dada a importância de o Poder Judiciário e o Ministério Público contar com a estrutura da Rede de Serviços (formada por órgãos governamentais e não governamentais) visando encaminhamento de pessoas que são partes nos processos judiciais e que estão envolvidas com abuso de álcool e outras drogas.

DIREITO PENAL MÍNIMO X PROIBIÇÃO DE PROTEÇÃO

O GT Direito penal mínimo x Proibição de proteção deficiente foi o tema do GT coordenado pelos promotores de Justiça Leonardo Giardin de Souza, do Rio Grande do Sul; e Márcio Berclaz, do Paraná, na tarde do dia 28 de setembro.



PRÓ-INFÂNCIA

O promotor de Justiça André Tuma Delbim Ferreira coordenou a reunião do Fórum Pró-Infância na tarde de 28 de setembro.



INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



A lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência e seu real significado para a implantação de direitos humanos, subprocuradora-geral do Trabalho Maria Aparecida Gugel, e Rebecca Monte Nunes Bezerra, promotora de Justiça do Rio Grande do Norte, também na tarde do dia 28 de setembro.

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

A função constitucional do Conselho Nacional do Ministério Público diante dos princípios institucionais do Ministério Público – autonomia administrativa e independência funcional foi tema do GT coordenado pelo promotor de Justiça de Santa Catarina Henrique da Rosa Ziesemer.



MP RESTAURATIVO



O GT Ministério Público Restaurativo: as experiências do Ministério Público e a Justiça Restaurativa foi coordenado pela promotora de Justiça mineira Danielle de Guimarães Germano Arlé, na manhã do dia 29 de setembro.



ENCONTRO FOOD TRUCKS COM DELÍCIAS MINEIRAS, MASSAS, DOCES, CERVEJAS ARTESANAIS NOS DIAS 28 E 29 NO MERCURE



LIVROS JURÍDICOS E OUTROS NO HALL E CORREDORES DO CENTRO DE CONVENÇÕES



AMBULÂNCIA PATROCINADA PELO AMMP-SAÚDE PARA QUALQUER EMERGÊNCIA



Academia de Letras dá posse a mais três membros

A Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais promoveu reunião especial na tarde do dia 28 de setembro. Foi realizada posse de cinco associados, feita a chamada dos presentes e lançada a revista nº 3.

Os novos acadêmicos empossados foram: Duarte Bernardo Gomes, Mônica Sofia Pinto Henrique da Silva, Raquel Pacheco Rodrigues Souza, Rogério Greco e Shirley Machado de Oliveira.

O presidente da Academia é o procurador de Justiça Luiz Carlos Abritta. O secretário da Alemg, Joaquim Cabral Netto, na oportunidade, destacou a criação da Academia, a primeira do Ministério Público brasileiro, e sua importância para a Instituição e para as letras.

Historiador lança livro sobre congressos

Os Congressos Nacionais do Ministério Público, de Joaquim Cabral Netto, foi lançado exclusivamente para esse congresso nacional e presenteado aos congressistas. Essa obra do “historiador oficial da Conamp e terceiro presidente da nossa entidade nacional”, segundo a presidente Norma Angélica, enaltece “o papel da entidade de classe nacional na formação do perfil constitucional do Ministério Público brasileiro e de demonstrar seu amor ao Brasil, à liberdade, à verdade e à profissão que escolheu”.



Outras obras

Nos três dias de congresso, foram realizados outros sete lançamentos e promovida feira de livros.

Foram lançados: Recuperação de Mata Ciliar, de Andrea Almeida; Velhice no “de senectute”, de Alexandre de Oliveira; O júri e sua retórica, Vinícius de Alcântara; Autoria como domínio do fato, Luís Greco; O Ministério Público e a promoção dos Direitos Fundamentais, Cláudio Chequer; Direito Institucional: comentários ao Regimento Interno do CNMP, e Ministério Público: desafios e diálogos, Henrique da Rosa Ziesemer; Bandidolatria e demócídio, Leonardo Giardin.



Jota Quest animou a festa de encerramento

A banda Jota Quest fez o show de encerramento, na noite do dia 29 de setembro, do XXII Congresso Nacional do Ministério Público, no Mix Garden, em Nova Lima. Marina Araújo e Raquel Lídia também agitaram a festa.





XXII CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

